

ESTUDO DE CASO

Assentamento Canaã: os palestinos da Amazônia

*“Agora nós vamos p’ra luta, A terra que é nossa ocupar, A terra é de quem trabalha,
A História não falha, nós vamos ganhar.”*

*(Trecho do Hino Conquistar a Terra, de Beneditto Monteiro e repetido à exaustão
pelos camponeses do Assentamento Canaã)*

1. Informação geo-referencial e classificação do caso

Localização

O Assentamento Canaã está localizado no Brasil, na região oeste do estado de Rondônia, município de Ariquemes. A área faz parte da região amazônica e encontra-se a uma latitude 09°54'48" sul e uma longitude 63°02'27" oeste. O município está a 142 metros de altitude do nível do mar e a 198 Km da capital do estado, Porto Velho. De acordo com a última contagem populacional realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, a população de Ariquemes é de 92.860 habitantes, distribuído em 4.427 km².



Os palestinos da Amazônia¹

A maior parte das terras da região amazônica são terras pertencentes ao Estado que, a partir da década de 1970, principalmente, foram cedidas a projetos de colonização. Os exploradores das áreas teriam a posse, ou seja, o direito de uso, mas não a propriedade das terras. E deveriam cumprir uma série de condições que, em sua maior parte, não foram cumpridas. Atualmente, segundo estimativas do Prof. Ariovaldo Umbelino, um dos maiores pesquisadores da questão agrária

¹ Os palestinos da Amazônia é uma referência ao documentário realizado pelo cartunista brasileiro Carlos Latuff sobre os camponeses do Assentamento Canaã. O documentário pode ser visto no canal do youtube de Latuff:

<https://www.youtube.com/watch?v=KJvC7t67Wsg>

<https://www.youtube.com/watch?v=DV0W9Sy1jo0>

<https://www.youtube.com/watch?v=DV0W9Sy1jo0>

no Brasil, a maior parte das terras da Amazônia Legal é devoluta², ou seja, não possui documentação legal que comprove a posse ou propriedade da mesma ou a documentação foi forjada³.

A posse, desde um ponto de vista jurídico, é o exercício direto, contínuo, racional e pacífico pelo possuidor, de atividades agrárias em determinada área, gerando a favor do posseiro o direito natural real especial, e visando ao atendimento de suas necessidades e da humanidade (1992: Lima, Getúlio Targino). Existindo a posse, o posseiro tem o direito de manter-se no imóvel rural, de acordo com o Estatuto da Terra.

O posseiro é aquele que através da ocupação da terra busca nela sua sobrevivência. Seu objetivo é plantar, colher, comer e sobreviver daquilo que a terra possa lhe oferecer. Quando esse posseiro toma posse das terras com violência e falsificando documentos, ampliando seus domínios com fins econômicos e formando um latifúndio, é conhecido como grileiro. No Brasil, a luta pelo domínio das terras devolutas quase sempre se deu entre grileiros/latifundiários e posseiros/camponeses.

A luta dos camponeses do Assentamento Canaã é um exemplo claro da luta de posseiros legítimos pela terra. Eles ocuparam uma terra que estava abandonada há mais de 20 anos pelo latifúndio, cujos documentos de legalidade não são considerados fiáveis e dedicaram treze anos de trabalho duro ao local, transformando-o hoje numa das áreas mais produtivas do estado de Rondônia.

2. Características demográficas e culturais da população

Ariquemes foi fundada em 21 de novembro de 1977. A tribo indígena Arikeme vivia na região e deu origem ao nome do município. Este povo originário desapareceu por completo, após alguns anos de contato com o homem branco, iniciado no final do século 19. Os primeiros a manter contato com os Arikemes foram os seringueiros, com os quais tiveram diversos conflitos. Há informações, não confirmadas, de que os últimos Arikemes teriam sido levados pela Fundação Nacional do Índio para Porto Velho, onde teriam morrido de fome. O genocídio velado das populações indígenas foi uma longa e contínua prática durante o século 20 no Brasil. De certa forma, o país ainda enfrenta resquícios desta prática.

A região é rica em cassiterita, um minério explorado por empresas de capital estrangeiro. A produção agropecuária também tem sido muito explorada nos últimos anos. O último censo Agropecuário, realizado pelo IBGE, em 2006, revela que o município possui mais de três mil estabelecimentos rurais, dentre eles o Assentamento Canaã. As culturas que se destacam no município são o milho, o cacau e as frutas tropicais. As áreas rurais estão altamente desmatadas, sendo que mais de 30% deles não mantêm a reserva legal de floresta.

² São consideradas terras devolutas as "terras públicas que em nenhum momento integraram o patrimônio particular, ainda que estejam irregularmente em posse de particulares. O termo "devoluta" relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado. Para estabelecer o real domínio da terra, ou seja, se é particular ou devoluta, o Estado propõe ações judiciais chamadas ações discriminatórias. A Constituição inclui entre os bens da União as terras devolutas indispensáveis à preservação ambiental e à defesa das fronteiras, das construções militares e das vias federais de comunicação. As demais terras devolutas pertencem aos estados". In: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/81573.html>; Acesso em 12 de dezembro de 2014.

³ <http://www.mst.org.br/Metade-dos-documentos-de-posse-de-terra-no-Brasil-é-ilegal-afirma-geógrafo>

O clima da região é equatorial, sendo caracterizado por altas temperaturas e muita umidade. Os períodos de seca também são comuns, podendo durar até dois meses sem uma única gota de chuva. Os principais rios da região são o Jamari e o Canaã, que dá nome ao Assentamento, e são responsáveis pelo abastecimento de água da maior parte do município.

3. Natureza da demanda e estratégia de acesso

A ocupação do território

A região onde se localiza o Assentamento Canaã é conhecida como Vale do Jamari. Sua ocupação ocorreu entre o final do século XVII e o início do século XIX, durante o que ficou conhecido no Brasil como primeiro ciclo da borracha. Neste período, o látex começou a ser amplamente explorado na região amazônica, nos estados do Acre, Rondônia e Amazonas. Foi um período de abertura de fronteiras e vários conflitos que resultaram num verdadeiro extermínio da população originária da região⁴.

A segunda onda de ocupação do estado de Rondônia ocorreu por volta de 1909, com as expedições do Marechal Rondon para a construção da linha telegráfica de Cuiabá a Santo Antônio do Rio Madeira. Em 1915, a região que hoje corresponde ao município de Ariquemes foi englobada na delimitação do município de Santo Antônio do Rio Madeira. Foi um período de extensa migração da população nordestina para o local, visando o trabalho de extração do látex.

Depois dos primeiros anos de ouro do ciclo da borracha, a extração caiu em declínio e também o povoamento da região. A extração da borracha e a migração para a região só tiveram novo impulso com a II Guerra Mundial.

Em 1943, o então presidente Getúlio Vargas, criou o Território Federal do Guaporé (hoje Rondônia). A região onde hoje é localizado o Assentamento Canaã passou a fazer parte do município de Porto Velho, como distrito de Ariquemes. A intensa propaganda do governo convidava a população a se tornar um "Soldados da Borracha". Com o fim da guerra, o povoamento entrou novamente em declínio até 1958. Neste ano foram descobertas enormes jazidas de cassiterita na região e houve um novo ciclo migratório, mas desta vez, ligada à extração mineral. Em 1970, o governo proibiu a extração manual de cassiterita e outros minérios e o povoamento da região voltou a cair. Em 1972, o Instituto Nacional de Reforma Agrária começou a realizar estudos na região para a instalação de Projetos de Assentamento. Em 1975 foram criados os P.As Burareiro e Marechal Dutra.

Em 11 de outubro de 1977, Ariquemes foi emancipada de Porto Velho. Em 21 de novembro, o município foi oficialmente criado. Em 1981, Ariquemes cedeu parte de seu território para a criação do município de Jaru, outra referência urbana para os camponeses assentados na área Canaã.

A maior parte dos camponeses que atualmente residem no Assentamento Canaã migraram para Rondônia entre 1970 e 1980. Ser um desempregado na cidade ou trabalhar nas terras de outros eram as opções de vida disponíveis para a maioria da população que se deslocou para Rondônia.

⁴ Para maiores informações, o documentário "Nas cinzas da Floresta", realizado por Adrian Cowel constitui uma excelente fonte de pesquisa. O documentário pode ser visto aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=TwG3HlyqIHl>

"Eu acho que [trabalhar em terra alheia] é pedir esmola pra dois né... porque... [...] se eu for trabalhar no terreno de outra pessoa, vou trabalhar de ameia, então vou pedir esmola pra mim e pra ele, né... então... não vale a pena a gente... cultivar o terreno de outras pessoas não... melhor eu ir pra rua!" (depoimento de Pomar, camponês que vive no Assentamento Canaã, ao pesquisador Alisson Dioni Gomes)

O sonho de ter um pedaço de terra e de conseguir melhores condições de vida para sua família era tal que eles enfrentavam até mesmo a morte iminente:

Uma das partes que atacou muito foi a malária. O tratamento era muito fraco. Morreu muita gente. A malária pegava e ligeirinho virava hepatite e já derrubava o cara. Muitos companheiros, da época em que vim para cá, todos nós adoecemos de malária. E nem o velho, meio caprichoso, meio orgulhoso com as coisas, conseguiu. [...] Teve companheiro que perdeu a família quase tudo. Teve deles que voltou para trás porque não aguentava. A região de Ariquemes ali... é onde morreu mais gente, de malária. A malária matava muito. Não tinha tratamento certo, aqueles remedinho velho que... era só pra empanear. [...] Mas foi com muita dificuldade. No começo aqui o negócio foi difícil... a pé... daqui de Jaru pra Porto Velho era quatro ou cinco dias de caminhão pra chegar em Porto Velho. Barro, atoleiro nas estradas. Isso aí é... da minha época, conheço... hoje, isso aqui pra nós [...] é na maionese (depoimento de Graboís, camponês que vive no Assentamento Canaã, em entrevista ao pesquisador Alisson Dioni Gomes).

Além do desejo de ter um pedaço de terra, a fertilidade das áreas de Rondônia chamou muito a atenção dos camponeses que migravam do Nordeste.

Rapaz, eu vim pra aqui porque o pessoal dizia, muitos vinham aqui, que aqui é bom, que tem fartura... o que você plantava, colhia, dava abundância, como de fato no ano em que cheguei por aqui mesmo, eu plantei um arrozal com o velho meu sogro numa serra, e eu falei: "é, veio... aqui não dá nada não! Porque lá nós planta no brejo e não dá! Por que esse arroz vai dar nessa serra?", e não foi nada não. Eu plantei esse arroz, daí eu fui lá na Bahia, na casa de uns irmãos meus, e quando eu vi o arroz já tava maduro, já tava dando no estampo. Um arrozal. Fiquei admirado. Aí naquilo a gente anima mais ainda, cada vez mais. Porque lá fora, você plantar um arrozal, tem que entrar no brejo, esgotar, queimar aquilo e sair virando aquele barro pra depois plantar as mudinhas dentro do brejo (Josué, camponês que vive no Assentamento Canaã, em entrevista ao pesquisador Alisson Dioni Gomes).

A ocupação do Assentamento Canaã

Em 2001, 126 famílias ocuparam a Fazenda Arrobas/Só Cacau. A área de 3.600 hectares correspondente à fazenda havia sido destinada a projetos de colonização. Na década de 1970, oito áreas foram cedidas a um grupo de seis empresários de São Paulo, sudeste do país, através de um Contrato de Alienação de Terras Públicas (CATP).

Os empresários deveriam efetuar a derrubada da mata e instalar ali plantações, ajudando a desenvolver e povoar a região. A derrubada da mata foi realizada e, provavelmente, extraída madeiras nobres, comuns na região e de alto valor no mercado, tanto nacional quanto internacional.

Logo após a abertura da floresta, a Fazenda foi destinada ao plantio de cacau. Mas, a terra acabou sendo vendida a uma outra empresa de Jaru (a 40km do atual Assentamento) que, por sua

vez, vendeu-a ao empresário paulista Venceslau Jesus de Bernardes. Este, em 2000, vendeu as terras ao também empresário de São Paulo João Arnaldo Tucci. Mas, as terras não poderiam ser vendidas, já que faziam parte de um CATP. Apenas o direito de uso das mesmas poderiam ser repassados, desde que comunicados ao INCRA, o que tampouco ocorreu. É o que explica P.J, radialista, apoiador da causa e esposo de uma posseira:

Essa daqui é uma área de CTAP que não foram cumpridas as cláusulas do contrato. São terras que o INCRA doava para as pessoas, mas eles tinham um compromisso a cumprir. Isso foi de 73 a 78 e essa foi uma destas áreas para plantio de cacau, onde os proprietários teriam que plantar 50% da área. Aí fizeram os financiamentos, pegaram o dinheiro e foram embora para São Paulo. Com o tempo isso daqui valorizou, passou de um dono para o outro, venderam para outro que vendeu pra outro. Essa terra já passou pra três ou quatro donos. E uma das cláusulas era que não podia vender.

Quando o povo descobriu essa área aqui, com produção abandonada, sem documentos, eles procuram o INCRA. O órgão disse que ele poderiam entrar que a gente faz o processo de retomada. Isso foi em 2001 e vem se arrastando até hoje.

Os camponeses encontraram uma ampla extensões de terras férteis abandonadas, com problemas legais e não duvidaram em transformar o local no que se vê hoje, um verdadeiro paraíso verde onde se plantando tudo dá.

A mata foi derrubada há 30 anos, hoje só quem tira proveito dela são os macacos. O homem abandonou tudo. A terra tava abandonada, só tinha capoeirão e mato. Tinha muito carregador porque eles tiraram todas as madeiras boas. Nós chegamos pra cá, derrubamos, plantamos e estamos sobrevivendo. Dá pra sobreviver muito bem aqui no sítio, sem depender de renda lá de fora. (Arlindo Souza, camponês que vive há mais de 10 anos no Assentamento Canaã)

O INCRA vem realizando vistorias periódicas na área e o próprio superintendente do órgão afirmou que são notórias as melhorias realizadas na área, mas que nada podia ser feito porque o proprietário não desejava vender a terra ao governo e exigia a desapropriação. Os camponeses contestam as explicações do governo, pois há amparo jurídico para que a desapropriação por função social seja realizada.

O caminho da Revolução Agrária

A ocupação das terras do atual Assentamento Canaã foi uma ação sem vínculo com nenhum movimento organizado. Os camponeses souberam da existência da área em 2001 e decidiram ocupá-la. Aos poucos, mais e mais famílias foram se juntando à luta. No início, montaram um acampamento que durou até 2006.

Neste momento, os camponeses formaram a Associação dos Produtores Rurais do Canaã (Asprocan) e começaram a surgir alguns dirigentes. Estes afirmavam que era melhor continuar acampados, pois esta era a tática mais utilizada nas tomadas de terra. Logo, estes dirigentes foram tomando mais e mais poder e começaram a ameaçar os camponeses. Segundo relatos, eles andavam armados, diziam que iriam trazer melhorias para a área, mas nada faziam, além de se apropriar indevidamente das contribuições financeiras dos camponeses para a Asprocan.

Aos poucos, os camponeses foram se aproximando de um movimento organizado muito atuante na região, a Liga dos Camponeses Pobres da Amazônia Ocidental (LCP). A LCP é, hoje, o

movimento camponês organizado com maior atuação no estado de Rondônia. A Liga é conhecida em todo o país por suas posições radicais no que se refere à luta pela terra e no enfrentamento com o governo federal, entre outras coisas.

[...] tinha uns companheiros no passado, que falava: “se a Liga entrar, nós vamos sair da associação, porque a Liga atrapalha a associação”. Mas por que a Liga atrapalha a associação? Porque a associação tava usando para usufrutos, só pra embolsar, e quem embolsava era quem pegava o dinheiro, não era o pessoal não (relato do camponês Grabois, que vive no Assentamento Canaã)

O processo de afastamento da antiga direção da Asprocan foi se tornando cada vez mais visível quando as famílias camponesas decidiram seguir o caminho da Revolução Agrária, defendido pela LCP. As famílias já estavam acampadas, sem poder plantar, há cinco anos. Em 2006, com a ajuda da LCP, elas realizaram o Corte Popular da terra. A cerimônia oficial de entrega dos lotes foi realizada em fevereiro de 2009. Cada família recebeu um lote de 10 alqueires.

O corte popular é um momento que, além de permitir que cada camponês tenha seu pedaço de chão, amplia o domínio camponês da área, liberta-a, faz com que dela possam brotar os frutos do trabalho humano. Com o corte, a área deixa de ser um acampamento e toma feições de assentamento.

A Revolução Agrária consiste em várias etapas, mas podem ser definidas num lema muito utilizado pelo movimento camponês: ocupar, produzir e resistir. O primeiro passo é, portanto, a ocupação da terra. O segundo é cortá-la, possibilitar que cada família tenha seu terreno e também ampliar o domínio camponês da área. O terceiro passo é desenvolver a produção, na forma de cooperativas e grupos de ajuda mútua. Há duas grandes particularidades no caminho da Revolução Agrária. O primeiro deles é o fato dos camponeses ocuparem diretamente o latifúndio e começarem a desenvolver o local, sem esperar pelas decisões governamentais ou judiciais. Edson, vive com sua família no Assentamento e explica como pensam e atuam os camponeses hoje:

Se tem uma fazenda ali que é improdutiva, ninguém trabalha nela, só é capoeira, mato... um lugar que tem que ser explorado. Daí o tem movimento que acampa ali ao lado, esperando a decisão do governo. Daí fica 10, 20 anos ali acampado e ninguém dá decisão nenhuma. E nós trabalha por conta própria, nós chega e peita mesmo, e abre aquele trem e enfia de esperar. Aí o governo tem que dar o pulo dele! Mandar uma cesta básica, arrumar médico e por aqui pra dentro. Vem médico lá. São tudo é providência deles lá. Tá vendo que o povo precisa. [...] E se nós estivesse acampado lá, ao redor da fazenda? Do lado de fora? Que assistência nós ia ter? Então eu acho que estes movimentos trabalham errado. No meu ponto de vista... agora... por que nós viemos pra cá? Por quê que viemos? Porque aqui, ninguém morava aqui, era só capoeira e cacau abandonado, e não tinha ninguém pra tomar conta. Nós viemos porque a terra era improdutiva, aí o povo entrou e... tá aí! Fez a área produzir!

Assim, percebe-se que o estabelecimento destas áreas de produção familiar camponesa, por mais que reivindiquem o reconhecimento do Estado são ações protagonizadas pelos próprios camponeses. Nas áreas da Liga dos Camponeses Pobres, cuja ação não depende do Estado, esta nomenclatura foi substituída por Área Revolucionária, já que Assentamento é o nome que usa o Estado para referir-se a áreas que foram implementadas pelo próprio governo em programas de Reforma Agrária.

Linha do tempo



4. Aspectos legais, conflitos e atores

Resistir é lutar

A relativa estabilidade que os camponeses mantêm na área hoje não foi conseguida de forma fácil. Eles tiveram que enfrentar a polícia, guaxebas e várias ordens judiciais. Os guaxebas são homens armados, pagos pelos latifundiários da região para amedrontar os camponeses, evitar a ocupação de novas áreas e expulsá-los das áreas tomadas.

[...] teve grupo de operação pra mandar tirar a gente daqui de dentro que chegou e falou assim: "se vocês forem pro mato, vamo botar cachorro em vocês!". Eu tenho testemunha disso aí, dentro do Canaã! Eles não ponhou cachorro porque não tiveram capacidade de tirar nós até hoje, mas foi prometido de por cachorro atrás de companheiro: "se vocês se esconder no mato, vamo por cachorro em cima de vocês!". [...]

A única sorte que nós tivemos é que não tombou nenhum companheiro lá dentro ainda, foi muita sorte que nós tivemos. De eles terem anos de luta, com fazendeiro, mandando tirar... polícia... já teve companheiro que apanhou da polícia ali dentro, entendeu? Eu não fui não, mas teve companheiro com costela quebrada ali dentro. Então, mandado por quem? Fazendeiro!... é sofrido... E tamos na luta até hoje! [...] Nós tá querendo mais partir pra cima de mais coisa pra tentar melhorar a vida no campo, porque não é fácil não. (Grabois, camponês do Assentamento Canaã)

Além das possibilidades ilegais de expulsão da área, os camponeses do Canaã também enfrentam, ameaças legais de despejo. Os camponeses vivem a angústia de poder perder mais de uma década de esforço.

É uma angústia muito grande. Deus me livre, se isso acontecer, a gente não tem nem para onde ir porque a gente não tem casa na cidade e não vai ter emprego. Uma pessoa da minha idade não tem como mais arrumar emprego. Para começar, eu tenho 54 anos e nunca trabalhei de empregado, não tem como ir para a cidade. (Arlindo Souza vive no Canaã há mais de 10 anos)

Há mais 10 anos na área, com promessas de legalização da posse feitas pelo INCRA que nunca são cumpridas, os camponeses relatam que cada novo juiz que chega na comarca emite uma ordem de despejo para o Assentamento. A última ordem judicial de reintegração de posse foi emitida contra os camponeses em 01 de dezembro de 2014. Segundo a ordem, os camponeses teriam 30 dias para desocupar a área. Eles vivem novamente, sob a tensão de perder tudo que construíram.

Eu nunca enfrentei [despejo] não. Mas que eu fiz de barraco no mato. Já puxei porco, galinha, coisa de dentro de casa, o que comer, colchão, coberta, tudo, e já foi amoitado no mato, esperando vir, porque só mandavam aviso de que iam vir, iam vir... e nós se prevenia. Fazia nossa chocinha no mato, e ficava entocado lá, igual lobisomem. Mas graças a Deus, nunca veio porque nós já lutemo muito né... (Josué vive no Assentamento Canaã).

Nós queremos ficar em paz e trabalhar. Aqui temos plantações de cacau, café, banana, arroz, etc. Vão tirar a gente daqui para quê? Para ir para cidade e ficar sem emprego, sem casa? A gente tem que ficar aqui, ter a vida da gente sossegada, trabalhar a terra, isso que é a minha felicidade, meu sonho, e nós vamos lutar com unhas e dentes para conseguir isso. São treze anos de luta e agora eles vêm querendo tirar a gente daqui. Mas nós vamos lutar até o fim, não vamos sair daqui. (Maria Lúcia Santos Silva vive com sua família no Assentamento Canaã há 13 anos)

Os camponeses vêm realizando há anos uma intensa campanha pela legalização das terras e contra as ordens de despejo. Em 2012, os camponeses receberam uma ordem de reintegração de posse. Foi realizada pela imprensa uma campanha de difamação dos camponeses. Os camponeses realizaram uma manifestação na BR364, que liga o estado à região sul. Levaram para o local suas ferramentas de trabalho e parte da produção do Assentamento, que é considerado um dos mais produtivos do estado pelo próprio INCRA. A cada tentativa de despejo, a rede de apoio é reativada. Atualmente, advogados, jornalistas, intelectuais, estudantes, etc, já estão a postos, acompanhando de perto a situação da área, que pode ser despejada a qualquer momento.

Mas os camponeses garantem que vão continuar resistindo, pois investiram muito trabalho e não lhes resta outra opção melhor, segundo o camponês Otávio Gonçalves da Silva.

Antes de vir pra cá, eu morava na terra de parente, tocava lavoura lá. Aí soube do acampamento e vim pra cá. Aqui somos eu, minha mulher e um menino. Se tiver despejo, não sei o que vou fazer não, não tenho pra onde ir, tudo o que eu tenho está aqui. A ordem de reintegração de posse é muito injusta. Tirar a gente agora depois de 13 anos de benfeitoria? Nós fizemos tudo sozinhos, furamos poço, construímos casa, temos as lavouras.

5. Avanços e expectativas

Os frutos da Revolução Agrária

Hoje o Assentamento Canaã é uma das áreas mais produtivas de Rondônia. Mesmo trabalhando com poucas máquinas, os camponeses conseguiram ampliar consideravelmente a produção. A área é o maior produtor de bananas do estado de Rondônia.

Banana eu tenho pouco, tenho 1.200 pés, mas tem vizinho aí que tem mais de 2, 3 mil pés de banana. Eu tenho 4 mil pés de cafés plantados aqui, isso vai dar umas 60 sacas de café. E esse café é bom, é de um tipo muito especial, sem defeito, não tem broca. Eu colho na época certa para manter a boa qualidade e o bom preço. (Arlindo Souza, Assentamento Canaã)

Além de banana, os camponeses também produzem café, cacau, arroz, milho e leite. Todos estes gêneros são produzidos de forma a gerar algum excedente e são vendidos para as cidades próximas, principalmente Jaru e Ariquemes.

Minha lavoura de cacau é o amor da minha vida porque é dela que eu sobrevivo. Eu tenho cerca de 1.500 pés de cacau. Eu vendo minha produção para Jaru. O cacau é uma planta fixa e também é reflorestamento, nós estamos cuidando da Amazônia. (Otávio Gonçalves da Silva, vive na área há mais de 10 anos)

É um ajudando o outro

No Assentamento Canaã os camponeses estão organizados, principalmente, pela Assembleia. É nela que tomam as decisões mais importantes que recaem sobre a vida de todos os camponeses. A Assembleia é realizada a cada 15 ou 30 dias e, dependendo da necessidade, pode ser convocada a qualquer momento. A Assembleia é o momento da construção coletiva das respostas aos problemas diários da área.

Além da Assembleia, num nível mais estrutural, os camponeses estão organizados na Asprocana, a Associação dos Produtores do Canaã. A Associação tem como finalidade organizar e representar os camponeses nas demandas materiais da área. Através da Associação, os camponeses possuem alguns maquinários pesados, como tratores, uma máquina de beneficiar arroz, e que são usados coletivamente.

Mesmo que não exista grupos de trabalho coletivo permanente, este tipo de trabalho é muito comum entre os camponeses e está ligado à própria concepção de vida solidária desenvolvida por eles. O camponês Honestino vive na área há muitos anos e para ele esta forma de trabalho é muito normal:

Seria quase a mesma coisa... diferente por que? Porque lá cada um teve seu salário, e trabalha pro patrão. E nós aqui não, nós não tem salário. Cada um vive, se um trabalha pro outro, mas é sem salário. Um ajudando o outro, o outro ajudando um... então a gente reúne também. A mesma coisa... o que nós vamos fazer? Nós precisa de estrada... precisa de estrada... o prefeito não faz a estrada... o governo não faz a estrada... o que nós fazemos? Nós paramos o ônibus da escola... porque... se nós paramos o ônibus da escola, nós atingimos o governo... e aí o que faz? Aí eles vem até nós, promete, faz que faz a estrada, mas não faz... faz aquela... tapeiam nós... continuam tapeando... e assim nós vive de tapeação... [...] nós paramos ônibus escolares... reunimos o povo aqui... em março do ano

passado, fechemo a BR-364, e se for necessário fechar não uma vez só, fechamos mais... 10... 50 vezes... se for necessário... o que nós quer é permanecer aqui... [...]

Os camponeses estão fortemente influenciado por este vínculo de coletividade, seja para abrir uma estrada, para produzir ou para reivindicar seus direitos. Em 2013, após anos esperando que uma ponte que liga as áreas fosse construída pelo governo, já que os políticos locais se cansaram de prometer a obra, os camponeses decidiram durante uma Assembleia não esperar mais. Eles mesmo constuiriam a ponte.

No dia 02 de agosto de 2013, a máquina contratada pelos camponeses iniciou os trabalhos da construção da ponte. Os trabalhos mal haviam começado e oito policiais chegaram para acossar os camponeses. No dia seguinte, todos os camponeses da área e também de Assentamentos vizinhos se reuniram para fortalecer o trabalho de construção da ponte e garantir a defesa da obra contra as investidas da polícia local. Neste dia, a construção da ponte foi construída com o apoio de todos e uma grande festa para celebrar.

Ainda há o céu para conquistar

Há 13 anos na área, grande parte dos camponeses estão relativamente estabelecidos, apesar das constantes ameaças de despejo. As famílias tem uma produção abundante, casas construídas, currais, instrumentos de trabalho e já se estabeleceram como provedores de alimentos no comércio local.

Dos sete anos que estou aqui, uns três anos foi bem difícil. Bem complicado. Nós encaremo malária aqui... a estrada, não tinha estrada. Devagarzinho foi conseguindo. Não tinha transporte escolar. O ônibus que faz a linha fazia só uma vez por semana, hoje faz três vezes por semana. Tem vários carros que vão sair, Aqui dentro eu fui tirar gente aqui... machucado aqui, que foi trabalhar mas se acidentou. Tive que sair três numa moto até que conseguiu um carro pra poder sair pra fora. E aí tudo a gente passa por essa dificuldade. Isso aí é quando. Aí quando aperta que as coisas não... no começo que eu vim pra cá, não tinha renda. Aí tinha que trabalhar dois dias pra gente, três pro outro, pra poder ir mantendo né... mas agora esses dois anos pra cá, foi uma luta difícil, mas eu tô muito feliz de tá nessa luta... porque hoje eu considero um cidadão rico. Porque pelo... eu não tinha nada, hoje já tenho um pedaço de terra, e eu considero que tô feliz da vida (Alexandre vive com sua família há sete anos no Assentamento Canaã).

Atualmente, além da necessidade premente de garantir a posse e a legalização da área, o grande desafio dos camponeses é a melhoria das estradas que ligam o Assentamento à cidade. Como as estradas não têm a devida manutenção por parte da administração local, os camponeses vêm afetados seu direito de ir e vir, o escoamento da produção, a ida dos filhos à escola e até o atendimento médico.

Em 2011, mobilizaram mais 70 camponeses por dois dias e exigiram a manutenção das estradas e a troca dos ônibus que fazem o transporte escolar das crianças. Não há escola na área e os cerca de 120 crianças e adolescentes que vivem na área precisam viajar todos os dias para ir à escola. Outra luta dos camponeses é conseguir uma escola que funcione dentro da área. Neste momento, estão reabrindo a Escola Popular, uma escola organizada pelos próprios camponeses, dedicada ao reforço escolar e à alfabetização dos adultos.

O funcionamento da Escola Popular é de suma importância porque além de auxiliar as crianças e alfabetizar os adultos, a Escola também promove atividades culturais. O Cinema popular é

realizado com filmes diversos e um retroprojeto, mas garante o acesso dos camponeses à cultura, do qual estão separados pelas más estradas e pelo alto preço das entradas de cinema.

A cultura camponesa é fortemente marcada por vínculos comunitários, além do cinema, sempre que podem, eles se reúnem para uma boa cantoria, churrasco e dançar até o sol nascer sob o ritmo do forró.

Créditos

Assentamento Canaã

Sistematização de Ana Lúcia Nunes

Fotografias e vídeo de Ana Lúcia Nunes

Arte gráfica da linha do tempo de Alex Magrão

Fotos de arquivo cedidas pela la Liga de Camponeses Pobres e Jornal A Nova Democracia

Vídeos

<https://www.youtube.com/user/resistenciacamponesa/videos>

<https://www.youtube.com/watch?v=HZhOULJ7Cnk#t=35>

Reportagens

<http://www.anovademocracia.com.br/no-88/3940-luta-pela-terra>

<http://www.anovademocracia.com.br/no-91/4071-defender-a-area-canaa-e-tarefa-de-todos-os-democratas>

<http://www.anovademocracia.com.br/no-89/3980-canaa-produz-e-resiste-ha-onze-anos>

Indicações bibliográficas para ampliar as informações

IANNI, Octavio. **Colonização e Contra-reforma Agrária na Amazônia** / Octavio Ianni. – Petrópolis: Vozes, 1979. 140p. (Coleção Sociologia brasileira; v. 11)

_____. **Ditadura e Agricultura: O Desenvolvimento do Capitalismo na Amazônia: 1964 – 1978**. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1986. 2. ed.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Livro Branco da Grilagem de Terras**. 13 de janeiro de 2012. Disponível em <<http://www.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/livros-revistas-e-cartilhas/file/485-livro-branco-da-grilagem-de-terras>>. Acesso em 22.abr.2013.

_____. LCP Fecha a BR-364 em Jarú. In: **Jornal Resistência Camponesa**. Seg, 19 de março de 2012. Disponível em <<http://www.resistenciacamponesa.com/noticias/460-lcpro>>. Acesso em 18.jul.2012

_____. **Nosso Caminho**. Goiânia: Coordenação das Ligas de Camponeses Pobres, 2006.